

PARECER JURÍDICO

Número: 355/2021/ L.C. FMS.

Processo nº 2021018986

Assunto: Análise e manifestação referente a possibilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 201/2020, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 016/2020, Processo n.º 24786/2020 realizado pela Secretaria do Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP, através da Secretaria Adjunta de Registro de Preços do Estado do Maranhão.

Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Catalão/GO.

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 201/2020, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2020, PROCESSO N.º 24786/2020 REALIZADO PELA SECRETARIA DO ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES – SEGEP, ATRAVÉS DA SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS DO ESTADO DO MARANHÃO. FUNDAMENTAÇÃO: DECRETO N.º 7.892/2013 E ALTERAÇÕES PREVISTAS NO DECRETO N.º 9.488/18 E DECRETO MUNICIPAL N.º 582/2017.

I. PRELIMINAR DE OPINIÃO:

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n.º 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Para confecção desse instrumento, necessário notar-se a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, parágrafo 3º da citada Lei Federal n.º 8.906/94), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, Gestor, já que este podera ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade.

O Gestor Público é livre para conduzir a Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.



Classifica-se a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento.

Nesse momento, convém ressaltar que a justificativa, o quantitativo, orçamentos, declaração de despesa orçamentária, são de responsabilidade do elaborador, visto que essa Assessoria Jurídica não possui conhecimentos para adentrar em aspectos eminentemente atinentes à área técnica.

Por fim, conforme dito, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, a análise será sobre os elementos ou requisitos jurídicos dos autos.

II. RELATÓRIO:

Trata-se de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 201/2020, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 016/2020, Processo n.º 24786/2020 realizado pela Secretaria do Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP, através da Secretaria Adjunta de Registro de Preços do Estado do Maranhão, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento de frota.

Pretende a administração, por meio da adesão a referida ata de registro de preços, contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em veículos automotores pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Destaca-se inicialmente que constam dos autos, memorando solicitando à Adesão à Ata de Registro de Preços, bem como sua justificativa, elaborada pelo Coordenador da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão.

É possível verificar que foram juntados os documentos do processo administrativo originário n.º 24786/2020: Edital e seus anexos, termo de referência, Ata de Registro de Preços e o termo de homologação.

Consta documento elaborado pela Diretora de Compras, Suprimentos e



Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, apresentando as justificativas à adesão pretendida, demonstrando através de outras atas de registro de preços, com objeto semelhante, no intuito de certificar e comprovar a vantajosidade da adesão pretendida.

Posteriormente, consultou-se o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços por meio do ofício nº 203/2021, bem como a consulta à empresa beneficiária da ata (Ticket Soluções HDFGT S/A), sobre a possibilidade da adesão pleiteada, juntando-se aos autos a autorização, tanto do órgão gerenciador, como da referida empresa.

Para que seja permitida a contratação em tela, é indispensável a indicação dos recursos orçamentários para o seu devido pagamento. Pode-se observar a certidão de existência de dotação orçamentária, acostada aos autos.

Por fim, foram juntados aos autos as certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Ticket Soluções HDFGT S/A.

É o relatório, passo ao parecer.

III. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

A premissa adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, no que tange à aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, é que todas serão necessariamente precedidas de licitação, de modo a identificar a proposta mais vantajosa para a Administração, visando garantir a moralidade dos atos administrativos e a adequada e melhor aplicação do erário, bem como a valorização pela igualdade na oportunidade de prestar serviços, comprar ou vender ao Poder Público.

A Lei nº 8.666/93 versa sobre a possibilidade de a Administração proceder as compras, por meio de registro de preços, visando que os recursos financeiros sejam bem aplicados, reduzindo custos e adequação às necessidades públicas, buscando o interesse público de um lado, e o privado de outro. Assim, o interesse público é satisfeito na medida em que a competição instigada propicia o alcance da melhor proposta e o interesse privado, atendido pela oportunidade em participar de uma disputa isonômica entre os concorrentes em busca de um novo mercado. Veja-

se:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;(...)

O processo licitatório será registrado em Ata elaborada pela Administração como documento público, devendo estar acessível a todos, observadas as normas pertinentes, vejamos:

Lei nº 8.666/1993

Art. 43. A Licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os

Handwritten signature

constantes do Sistema de Registro de Preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

Decreto Federal nº 3.555/2000

Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

(...)

XI – ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

Acolhendo a melhor doutrina, passou-se a admitir que a ata de registro de preços fosse amplamente utilizada por outro órgão ou entidade não participante, através do instituto conhecido como “carona”, maximizando o esforço das unidades administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços, quando os que não participaram em época oportuna, informando suas estimativas de consumo e necessidade, requerem ao órgão gerenciador, o uso da ata de registro de preços.

Previsto no art. 15, II da Lei nº 8.666/1993 como já analisado, o Sistema de Registro de Preços é regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, que estabelece condições para a utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidades não participantes, vejamos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não

Assessoria

tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla

defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

Conforme se infere da leitura do ato normativo em apreço, a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não participaram da licitação revela-se possível, **desde que manifestada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador e devidamente comprovada a vantagem para a Administração.**

Além disso, ressalte-se que o ato adesivo dependerá de aceitação por parte do fornecedor beneficiário da Ata e não poderá exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados, observando-se o limite máximo total para a adesão previsto no ato convocatório, independentemente do número de órgãos que aderirem, em conformidade com o disposto no novo Decreto n.º 9.488/18.

Por fim, o instituto de Adesão à Ata de Registro de Preços, é o procedimento pelo qual um Órgão ou Entidade que não tenha participado da licitação originária, adere à Ata de Registro de Preços valendo-se dela como se sua fosse.

Em julho de 2017 (dois mil e dezessete), o Município de Senador Canedo – GO, consultou o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre Adesão à Ata de Registro de Preços por Órgão ou Entidade não participante.



A resposta foi positiva quanto à possibilidade do Município em adotar o instituto da Adesão às Atas de Registro de Preços de outros entes federados ou outros órgãos do próprio Município, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) a adoção deve-se dar mediante decreto do poder Executivo devidamente publicado nos órgãos oficiais e na internet, preferencialmente nos moldes adotados pela União no Decreto Federal nº 7.892/2013;
- b) o decreto municipal deve limitar o quantitativo da adesão a 100% do quantitativo registrado na respectiva Ata, observando, também, que as adesões de outros órgãos não excedam ao quádruplo do total registrado para o órgão gerenciador e os respectivos participantes;
- c) as adesões devem ser precedidas de termo de referência, no qual constem:
 - c.1. O diagnóstico da necessidade administrativa;
 - c.2. A caracterização da solução a ser contratada;
 - c.3. A motivação técnica capaz de justificar a adequação do objeto e das condições registradas em ata, em vista da necessidade administrativa;
 - c.4. A pesquisa de preços apta a demonstrar a compatibilidade dos valores a serem contratados com os praticados no mercado fornecedor; e
 - c.5. A motivação da vantajosidade do procedimento de adesão em vista de eventual instauração de procedimento licitatório específico;
- d) o município deve, ainda, em cada aquisição oriunda de adesão a ata de registro de preços:
 - d.1. Consultar o Órgão gerenciador e o fornecedor por ele indicado para obtenção de autorização para adesão e anuência, respectivamente;
 - d.2. Observar as condições fixadas na Ata, limitar a aquisição a quantidade exata autorizada pelo gerenciador para adesão e celebração da contratação dentro do prazo de vigência da ata;
 - d.3. Publicar o termo de adesão e o contrato decorrente (ou o instrumento que o substitua) nos moldes previstos em lei;



Após o explanado, observa-se que o processo, ora em análise, respeita o exigido na Lei nº 8.666/93, o Decreto Federal nº 7.892/13, as alterações regidas pelo Decreto n.º 9.488/18 e no Decreto Municipal da Prefeitura de Catalão nº 582 de 31 de agosto de 2017 e cumpre as orientações postuladas pelo TCM/GO na Consulta realizada pelo Município de Senador Canedo – GO, no mês de julho de 2017, aqui citada.

No caso em foco, com base nas justificativas inseridas no ofício encaminhado para o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, solicitando autorização à Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico n.º 016/2020, o qual anuiu com a adesão pleiteada.

Verifica-se que a Ata de Registro de Preços atinente ao Pregão Eletrônico n.º 016/2020, foi firmada em 10 de setembro de 2020, com validade de 12 (doze) meses, portanto assiste autorização para que a Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, realize a contratação pretendida por meio da Adesão ao Registro de Preços.

Além disso, ressalte-se que o ato adesivo dependerá de aceitação por parte do Órgão Gerenciador da Ata, que também é responsável por gerenciar os limites previstos no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e as alterações trazidas pelo Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, que somente poderá autorizar a adesão pelo órgão não participante quando tais quantidades máximas sejam respeitadas.

Cumprido ressaltar que o quantitativo pleiteado pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – GO, não excedeu ao quantitativo permitido de cinquenta por cento, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 22 do decreto n.º 7.892/13 e as alterações regidas pelo Decreto n.º 9.488/18, cujas aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Observando que a autorização do órgão gerenciador é datada de 28 de julho de 2021, orientamos que o órgão não participante – Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – GO, deverá observar o prazo máximo da vigência da ata de

registro de preços e que, portanto, recomenda-se efetivar a contratação solicitada, em até 30 (trinta) dias.

Antecipamos que, no que concerne ao exame específico da Minuta do Contrato, o parágrafo 4º do Art. 9º do Decreto n.º 7.892/2013 estabelece que a aprovação das minutas cabe exclusivamente a assessoria jurídica do órgão gerenciador, portanto dispensável a manifestação deste consultivo, salvo se houver dúvida jurídica.

IV. CONCLUSÃO

Nesta linha não se vislumbrou qualquer irregularidade capaz de macular o presente procedimento, que deve seguir os ditames legais, portanto opinamos pela possibilidade jurídica da Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 201/2020, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 016/2020, Processo Licitatório n.º 24786/2020, realizado pela Secretaria do Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP, através da Secretaria Adjunta de Registro de Preços do Estado do Maranhão, a fim de que cumpra seus objetivos e atenda às necessidades da municipalidade, ressaltando, por fim, a indispensável publicação do contrato nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Atente-se a administração que deverá observar o prazo máximo da vigência da ata de registro de preços e que, portanto, recomenda-se efetivar a contratação solicitada em até 30 (trinta) dias.

Salvo melhor juízo, essa é a orientação dessa Assessoria Jurídica.

É o parecer, SMJ.

Catalão (GO), 30 de julho de 2021.


MERIELE NICKHORN
Assessora Jurídica
OAB/GO 42.243